SINDUSCON-JP
Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa

CARTA ABERTA À SOCIEDADE PARAIBANA

O Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa – SINDUSCON/JP, manifesta sua extrema preocupação diante da decisão que anulou integralmente a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), impondo ainda a suspensão retroativa de seus efeitos. Tal medida cria um cenário de profunda insegurança jurídica para todos os cidadãos que desejam edificar ou investir em nossa cidade.

É importante lembrar que a elaboração da LUOS foi resultado de um processo amplo, transparente e genuinamente democrático, construído ao longo de mais de 100 audiências públicas, todas abertas à sociedade e realizadas com a participação efetiva do Ministério Público.

Durante todo o período de vigência da LUOS, cidadãos, profissionais e empresas atuaram de boa-fé, desenvolvendo projetos, obtendo licenças, executando obras e comercializando unidades com base em uma legislação válida e plenamente reconhecida. Invalidar retroativamente essas ações significa impor à economia de João Pessoa um grau de insegurança jurídica sem precedentes, comprometendo a credibilidade do mercado imobiliário local, formado majoritariamente por empresas da terra, que há décadas investem, produzem e contribuem para o desenvolvimento urbano e econômico da nossa capital.

A confiança nas normas vigentes é fundamental para que qualquer atividade econômica se desenvolva de forma responsável e sustentável.

Não apenas o mercado imobiliário foi atingido: projetos essenciais para o desenvolvimento econômico da Paraíba também foram injustamente penalizados. A Colônia de Pescadores da Penha, completamente alheia a qualquer discussão relacionada ao tema, passa agora a enfrentar riscos desnecessários e injustificáveis.

Um outro exemplo seria o nosso Polo Turístico que aguarda implementação há mais de 40 anos e cujo projeto tem potencial para transformar a história do turismo na Paraíba, pode ter comprometido o avanço de seus hotéis e resorts, iniciativas fundamentais para geração de emprego, atração de investimentos e fortalecimento da imagem do estado no cenário nacional.
O impacto sobre as Habitações de Interesse Social (HIS) é ainda mais alarmante. A LUOS representava um avanço decisivo ao permitir a flexibilização das vagas de garagem, medida essencial para reduzir custos e ampliar o acesso à moradia digna para milhares de famílias de baixa renda.

Com a anulação da lei e a aplicação retroativa de seus efeitos, inúmeros projetos de HIS, muitos já em fase avançada, tornam-se inviáveis, resultando em paralisações imediatas e prejuízos sociais e econômicos incalculáveis. É a população mais vulnerável, justamente quem mais depende dessas políticas públicas, quem sofre as consequências mais duras dessa decisão.

Rua Prof. Álvaro de Carvalho, 248 – Tambauzinho João Pessoa – PB CEP: 58042-010
(83) 3244-8655 / 3244-1274 / 3243-1255 Site: www.sindusconjp.com.br E-mail: sinduscon@sindusconjp.com.br
/sindusconjoaopessoa /sindusconjp

Some-se a isso a situação dos pequenos comerciantes que se instalaram em áreas recentemente regularizadas pela LUOS e que agora se veem submetidos a completa insegurança, apesar de não terem qualquer relação com o debate que originou a ação judicial. A decisão desencadeia um efeito cascata devastador, atingindo justamente quem trabalha, investe e aposta no crescimento da cidade.

A anulação da LUOS, especialmente com efeitos retroativos, acaba por transformar um contexto de crescimento em um ambiente desfavorável para a iniciativa privada, resultando no afastamento de investimentos, na paralisação de obras e na perda de confiança por parte de empresários locais e nacionais. Os impactos, portanto, extrapolam o campo jurídico e merecem ser avaliados com cautela, dada sua relevância para o desenvolvimento sustentável da Paraíba.
Reiteramos o apoio deste sindicato e de todas as suas empresas filiadas a proteção a lei do gabarito por entender que esta é um patrimônio da nossa cidade e um diferencial para nossa orla.

O Sinduscon-JP reafirma seu respeito ao Poder Judiciário e ao papel de todas as instituições, e faz um apelo ao diálogo para que sejam restabelecidos, com a urgência necessária, critérios seguros, transparentes e adequados ao desenvolvimento urbano da nossa cidade.
Grandes avanços ocorreram quando prevaleceu o diálogo e é com essa convicção que seguimos acreditando na construção do melhor caminho para todos, pois não se trata apenas de obras, trata-se dos sonhos, dos empregos e do futuro de milhares de famílias que acreditam em João Pessoa e na Paraíba como lugares de tranquilidade e oportunidades.